



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO

**MEMORIAL**

3ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE  
**PROMOTORAS E  
PROCURADORAS DE JUSTIÇA**

EDIÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE: GOIÂNIA-GO  
26 E 27 DE ABRIL DE 2019



União Europeia

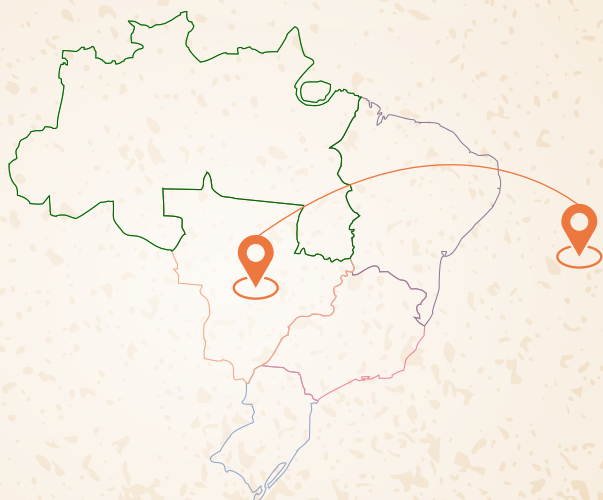


## MEMORIAL

3ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

# PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA

Diálogos Brasil-União Europeia  
Perspectivas de Equidade de Gênero no  
Sistema de Justiça – Ministério Público



Edição da  
**REGIÃO CENTRO-OESTE**  
26 e 27 de abril de 2019  
Goiânia-GO



CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES





# MEMORIAL

3ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE

## **PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA**

Diálogos Brasil-União Europeia  
Perspectivas de Equidade de Gênero  
no Sistema de Justiça – Ministério Público



## **EXPEDIENTE**

**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e  
Procuradora-geral da República**

Raquel Elias Dodge

**Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP**

Ivana Farina Navarrete Pena

**Secretária-geral do CNMP**

Cristina Nascimento de Melo

**Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos  
Fundamentais do CNMP**

Valter Shuenquener de Araújo

**Encarregada de Negócios a.i. da Delegação  
da União Europeia no Brasil**

Claudia Gintersdorfer

## AGRADECIMENTOS E APOIO

A presidência do Conselho Nacional do Ministério Público expressa especial agradecimento às instituições que apoiaram a 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição da Região Centro-Oeste:

Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT)

Associação Goiana do Ministério Público (AGMP)

Associação Mato-Grossense do Ministério Público (AMMP)

Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp)

Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público (ASMMP)

Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás

Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais (CDDF/CNMP)

Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)

Governo do Estado de Goiás

Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais, do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

Grupo Nacional de Direitos Humanos, da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/ COPEVID/ CNPG)

Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

Prefeitura Municipal de Goiás

Procuradoria-Geral de Justiça de Goiás

Procuradoria-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Procuradoria-Geral da República

Procuradoria-Geral de Justiça do Mato Grosso

Procuradoria-Geral de Justiça do Mato Grosso do Sul

Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva (SDH/CNMP)

Secretaria-Geral (SG/CNMP)

### Organizado por:

Ana Maria de Souza Torres Teixeira

Ana Teresa Silva de Freitas

Costanzo Fisogni

Cristina Nascimento de Melo

Elisa Natola

Ivana Farina Navarrete Pena

Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira

Lais Glauce Antonio dos Santos

M. Andréa Borges David

Renata Pinho Studart Gomes

Solange Linhares Barbosa

Wilson Alves da Silva

### Texto elaborado por:

Raquel Lasalvia

### Diagramação:

Secretaria de Comunicação do CNMP

Secretaria de Comunicação do MPF

### Fotos:

Luciano Dourado/ Luciano Dourado Fotografia

Conselho Nacional do Ministério Público

Setor de Administração Federal Sul – SAFS,  
Quadra 2, Lote 3

Edifício Adail Belmonte – Brasília-DF.

CEP: 70070-600

[www.cnmp.mp.br](http://www.cnmp.mp.br)



## **Ofertas de Aninha**

(Aos moços)

Eu sou aquela mulher  
a quem o tempo  
muito ensinou.  
Ensinou a amar a vida.  
Não desistir da luta.  
Recomeçar na derrota.  
Renunciar a palavras e pensamentos negativos.  
Acreditar nos valores humanos.  
Ser otimista.

Creio numa força imanente  
que vai ligando a família humana  
numa corrente luminosa  
de fraternidade universal.  
Creio na solidariedade humana.  
Creio na superação dos erros  
e angústias do presente.

Acredito nos moços.  
Exalto sua confiança,  
generosidade e idealismo.  
Creio nos milagres da ciência  
e na descoberta de uma profilaxia  
futura dos erros e violências do presente.

Aprendi que mais vale lutar  
Do que recolher dinheiro fácil.  
Antes acreditar do que duvidar.

Cora Coralina, no livro *Vintém de cobre:  
meias confissões de Aninha*.



# **SIGLAS E ABREVIATURAS**

AM – Amazonas

BA – Bahia

CDDF – Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

CNPG – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais

CONAMP – Associação Nacional dos Membros do Ministério Público

COPEVID – Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

ENAMP – Escola Nacional do Ministério Público

ESMPU – Escola Superior do Ministério Público da União

GNDH – Grupo Nacional de Direitos Humanos

GO – Goiás

MP – Ministério Público

MPF – Ministério Público Federal

MT – Mato Grosso

SDH – Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público

UE – União Europeia



# SUMÁRIO



<b>Apresentação</b> .....	<b>12</b>
<b>Quem participou</b> .....	<b>14</b>
Coordenadora-Geral .....	<b>15</b>
Representante da Delegação da União Europeia no Brasil .....	<b>16</b>
Comissão Organizadora das Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça .....	<b>17</b>
Delegação da União Europeia no Brasil .....	<b>18</b>
Coordenadoras e Reladoras .....	<b>19</b>
Autoridades Nacionais e Internacionais .....	<b>20</b>
Lista de participantes .....	<b>21</b>
<b>Orientação pedagógica e objetivos</b> .....	<b>22</b>
3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Região Centro-Oeste.....	<b>23</b>
Homenageadas Especiais .....	<b>24</b>
<b>Diagnóstico: caminho e perspectiva</b> .....	<b>26</b>
Solenidade de Abertura .....	<b>27</b>
Mesa: Depoimentos sobre as Conferências Regionais .....	<b>38</b>
Roda de Conversa .....	<b>43</b>
Painel Temático: Perspectivas de Equidade de Gênero – Uma percepção feminina .....	<b>47</b>
Propostas aprovadas durante a 3ª Conferência Regional de Procuradoras e Promotoras de Justiça – Região Centro-Oeste.....	<b>55</b>
Encerramento das Atividades e Avaliação.....	<b>64</b>



# APRESENTAÇÃO



Ancoradas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completou 70 anos, as Conferências Regionais de Promotoras e Procuradoras de Justiça reproduzem o princípio de que homens e mulheres são iguais em dignidade e prosperam o objetivo fundamental asseverado na Constituição Cidadã de 1988 de promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A partir de dados quantitativos publicados pela pesquisa Cenários, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sobre a participação feminina no Ministério Público brasileiro, as Conferências inovam ao propor a construção de um diagnóstico subjetivo, baseado em um método pedagógico e científico, fruto da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República ocorrida nos dias 15 e 16 de junho de 2018.

O desafio de desenvolver um diagnóstico, de forma qualificada e presencial, contemplando todos os 26 Ministérios Públicos Estaduais e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios foi superado pela parceria firmada entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Presidência do CNM com a Delegação da União Europeia no Brasil, por meio do projeto Diálogos Setoriais denominado “Perspectivas da Equidade de Gênero no Sistema de Justiça/Ministério Público”.

A parceria tem propiciado uma abordagem comparativa entre o Brasil, a União Europeia e seus Estados Membros, com a finalidade de estimular novas posturas e novos olhares para fortalecer a presença de mulheres e de lideranças femininas, de modo a atuar pela implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5, da Agenda 2030 da ONU, um compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Organizada por uma comissão plural e feminina e com o apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), foi realizada, nos dias 26 e 27 de abril, a 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Centro-Oeste e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em Goiânia-GO, a terceira de cinco Conferências a serem promovidas durante o primeiro semestre de 2019.

Este Memorial registra toda a agenda, os dados e os debates do evento e apresenta as propostas, aprovadas pelo plenário, resultado dos debates nas oficinas dos seis eixos temáticos: ingresso na carreira, condições de trabalho, políticas institucionais, políticas de equidade, carreira e outras jornadas e empoderamento.

Neste documento, o Ministério Público reafirma seu compromisso institucional na busca obstinada por equidade de gênero e na promoção da igualdade como promoção do direito à diferença, da pluralidade, da convivência harmônica entre todos. Enquanto uma de nós, mulheres, estiver sendo vítima de violência, de discriminação e de exclusão, nenhuma de nós pode descansar.

**Raquel Elias Dodge**

Procuradora-Geral da República  
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público



# QUEM PARTICIPOU







## COORDENADORA-GERAL

### **Raquel Elias Ferreira Dodge**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República

Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), Raquel Dodge cursou o mestrado em Direito e Estado pela UnB e é Mestre em Direito pela Harvard Law School. Ingressou no Ministério Público Federal (MPF) em 1987. É procuradora-Geral da República desde setembro de 2017, quando também assumiu a presidência do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF) e a Procuradoria-Geral Eleitoral. Integrou a equipe que redigiu o I Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil e atuou nas I e II Comissões para adaptar o Código Penal Brasileiro ao Estatuto de Roma. Coordenou a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF por dois mandatos e integrou a 6ª Câmara de Coordenação e Revisão por seis mandatos. Foi Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão Adjunta por dois mandatos. Tem experiência na área criminal, na defesa de direitos humanos, do patrimônio público, de índios e minorias, do meio ambiente, do consumidor e da ordem econômica.



## **REPRESENTANTE DA DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL**

### **Maria Rosa Sabbatelli**

Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

É licenciada em Ciências Políticas pela Universidade L.U.I.S.S. “Guido Carli” de Roma e tem mestrado em Estudos Europeus. Entre 2002 e 2011, desempenhou funções como chefe de Projetos e chefe-adjunta da Seção de Cooperação, assim como tarefas de Conselheira na Seção Política da Delegação da União Europeia na China. Desde o final de 2011, Maria Rosa desenvolve sua carreira na Delegação da União Europeia no Brasil. Durante esta etapa, foi chefe de Projetos da Seção de Cooperação até 2014, com destaque para a gestão do projeto Diálogos Setoriais UE-Brasil. Desde junho de 2017, Maria Rosa foi designada como Chefe da Seção de Instrumentos de Política Externa, com responsabilidade geográfica sobre todo o continente americano.



## **COMISSÃO ORGANIZADORA DA 3ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – EDIÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE**

### **Raquel Elias Ferreira Dodge**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República

### **Ivana Farina Navarrete Pena**

Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do Conselho Nacional do Ministério Público (SDH/CNMP)

### **Jacqueline Orofino da Silva Zago de Oliveira**

Representante do Grupo de Trabalho sobre combate à violência doméstica e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público (CDDF/CNMP)

### **Laís Glauce Antonio dos Santos**

Representante do Grupo Nacional de Direitos Humanos da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (GNDH/COPEVID/CNPG)

### **Ana Teresa Silva de Freitas**

Representante da Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP)

### **Solange Linhares Barbosa**

Representante do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público

### **Cristina Nascimento de Melo**

Representante da I Conferência Nacional de Procuradoras da República

## **COLABORAÇÃO ESPECIAL**

### **João Akira Omoto**

Diretor-geral da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU)



## **DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL**

### **Ministra Claudia Gintersdorfer**

Encarregada de Negócios a.i. da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Conselheira Domenica Bumma**

Chefa da Seção Política, Econômica e de Informação da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Primeira Secretária Maria Rosa Sabbatelli**

Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Primeira Secretária Cecile Merle**

Oficial Política da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Adido Civil Costanzo Fisogni**

Gerente de Projetos da Delegação da União Europeia no Brasil



## **COORDENADORAS E RELATORAS**

### **Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação**

Coordenadora: Liz-Elainne de Silvério e Oliveira Mendes (MPDFT)

Relatora Temática: Alice de Almeida Freire (MPGO)

Relatora de Ata: Clarissa Cubis de Lima Canan (MPMT)

### **Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar**

Coordenadora: Melissa Sanchez Ita (MPGO)

Relatora Temática: Alessandra Campos Morato (MPDFT)

Relatora de Ata: Alessandra Gonçalves da Silva Godoi (MPMT)

### **Eixo III – Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas**

Coordenadora: Laís Glauce Antonio dos Santos (MPMT)

Relatora Temática: Hiza Maria Silva Carpina Lima (MPDFT)

Relatora de Ata: Andreia de Brito Rodrigues (MPGO)

### **Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade**

Coordenadora: Helen Neves Dutra da Silva (MPMS)

Relatora Temática: Fernanda Balbinot (MPGO)

Relatora de Ata: Lívia Rodrigues Teixeira (MPDFT)

### **Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família**

Coordenadora: Marina Mello de Lima Almeida (MPGO)

Relatora Temática: Ariadne de Fátima Cantú da Silva (MPMS)

Relatora de Ata: Benis Silva Queiroz Bastos (MPDFT)

### **Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade**

Coordenadora: Lena Luciana Nunes Daher (MPDFT)

Relatora Temática: Karina D’Abruzzo (MPGO)

Relatora de Ata: Eunice Helena Rodrigues de Barros (MPMT)



## AUTORIDADES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

### **Raquel Elias Ferreira Dodge**

Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora-Geral da República

### **Maria Rosa Sabbatelli**

Chefa da Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil

### **Aylton Flávio Vechi**

Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás

### **Ronaldo Caiado**

Governador do Estado de Goiás

### **Walter Carlos Lemes**

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

### **Valter Shuenquener de Araújo**

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público

### **Silvio Amorim**

Presidente da Comissão Especial de Enfrentamento da Corrupção

### **Lauro Machado Nogueira**

Conselheiro Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público

### **Celina Leão**

Deputada federal e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher

### **Fabiana Costa Oliveira Barreto**

Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

### **João Akira Omoto**

Diretor da Escola Superior do Ministério Público da União

### **Iêda Leal de Souza**

Conselheira e co-coordenadora da Comissão Permanente de Promoção de Defesa dos Direitos das Mulheres, da População LGBTI, Promoção da Igualdade Racial e Enfrentamento do Racismo do Conselho Nacional dos Direitos Humanos

### **Lúcio Flávio Paiva**

Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás (OAB/GO)

### **José Carlos Miranda Nery Júnior**

Presidente da Associação Goiana do Ministério Público

### **Débora Vidal de Almeida Rocha**

Segunda Subdefensora pública-geral do Estado de Goiás

### **Ediene Santos Lousado**

Presidente do Grupo Nacional de Direitos Humanos no CNPG e procuradora-geral de Justiça do Estado da Bahia

### **Selma de Oliveira Bastos**

Prefeita da Cidade de Goiás

### **Cley Martins**

Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado do Amazonas

### **Maria Elisabete Dias**

Representante da Associação Sul-Mato-Grossense dos Membros do Ministério Público

### **Brenno Kelvys Souza Marques**

Procurador-Geral do Município de Goiânia

### **Fernanda Papa**

Representante da ONU Mulheres

## LISTA DE PARTICIPANTES

Ano de Ingresso	Nome	Cargo	MP
1999	Adriana Marques Thiago	Promotora de Justiça	GO
2003	Alessandra Campos Morato	Promotora de Justiça	DF
2007	Alessandra Gabriella Borges Pereira Lorenzo	Promotora de Justiça	DF
2006	Alessandra Gonçalves da Silva Godoi	Promotora de Justiça	MT
1993	Alice de Almeida Freire	Promotora de Justiça	GO
1989	Ana Cristina Ribeiro Peternella França	Procuradora de Justiça	GO
2004	Ana Paula Antunes Vieira Nery	Promotora de Justiça	GO
1996	Andreia de Brito Rodrigues	Promotora de Justiça	GO
1993	Angela Cristina dos Santos	Promotora de Justiça	GO
1989	Ariadne de Fatima Cantu da Silva	Procuradora de Justiça	MS
1992	Benis Silva Queiroz Bastos	Procuradora de Justiça	DF
2004	Camila Fernandes Mendonca	Promotora de Justiça	GO
2016	Camila Silva de Souza	Promotora de Justiça	GO
1999	Carla Brant Correa Sebba Roriz	Promotora de Justiça	GO
2005	Clarissa Cubis de Lima Canan	Promotora de Justiça	MT
2016	Daniela Haun de Araújo Serafim	Promotora de Justiça	GO
1987	Eunice Helena Rodrigues de Barros	Procuradora de Justiça	MT
2005	Eunice Pereira Amorim Carvalhido	Procuradora de Justiça	DF
2003	Fabiana Costa Oliveira Barreto	Promotora de Justiça	DF
1997	Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	Promotora de Justiça	GO
2014	Fernanda Balbinot	Promotora de Justiça	GO
1990	Filomena Aparecida Depólito Fluminhan	Promotora de Justiça	MS
2013	Gabriella de Queiroz Clementino	Promotora de Justiça	GO
1999	Helen Neves Dutra da Silva	Promotora de Justiça	MS
2005	Hiza Maria Silva Carpina Lima	Promotora de Justiça	DF
2004	Karina D´Abruzzo	Promotora de Justiça	GO
1999	Laís Glauce Antonio dos Santos	Promotora de Justiça	MT
1990	Laura Maria Ferreira Bueno	Procuradora de Justiça	GO
2005	Lenna Luciana Nunes Daher	Promotora de Justiça	DF
2004	Liana Antunes Viera Tormim	Promotora de Justiça	GO
1993	Lílian Conceição Mendonça de Araújo	Promotora de Justiça	GO
2012	Lívia Rodrigues Teixeira	Promotora de Justiça	DF
2009	Liz Elaine de Silvério e Oliveira Mendes	Promotora de Justiça	DF
1999	Luciana Rocha Abrão David	Promotora de Justiça	MT
1999	Luciene Maria Silva Oliveira Otoni	Promotora de Justiça	GO
1999	Lucinéia Vieira Matos	Promotora de Justiça	GO
1987	Márcia de Oliveira Santos	Procuradora de Justiça	GO
1992	Maria Elisabete Dias Gaeta da Cunha	Promotora de Justiça	MS
2018	Mariana Silva Nunes	Promotora de Justiça	DF
1997	Marina Mello de Lima Almeida	Promotora de Justiça	GO
1999	Marta Moriya Loyola	Promotora de Justiça	GO
2004	Melissa Sanchez Ita	Promotora de Justiça	GO
2011	Patrícia Otoni Pereira	Promotora de Justiça	GO
2000	Regilaine Magali Bernardi Crepaldi	Promotora de Justiça	MT
2016	Renata Caroliny Ribeiro e Silva	Promotora de Justiça	GO
1992	Rúbian Corrêa Coutinho	Promotora de Justiça	GO
1998	Sandra Mara Garbelini	Promotora de Justiça	GO
2012	Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza	Procuradora de Justiça	DF
2009	Solange Linhares Barbosa	Promotora de Justiça	MT
1993	Tamara Andréia Botovchenco Rivera	Promotora de Justiça	GO
2015	Tereza de Assis Fernandes	Promotora de Justiça	MT



# **ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA E OBJETIVOS**





### **3ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – EDIÇÃO DA REGIÃO CENTRO-OESTE**

Promovida pela presidência do Conselho Nacional do Ministério Público, em parceria com a Delegação da União Europeia no Brasil e com as Procuradorias-Gerais de Justiça dos Ministérios Públicos Estaduais da Região Centro-Oeste, a 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça aconteceu em Goiânia (GO), nos dias 26 e 27 de abril, no Mercure Hotel.

O evento integra o conjunto de cinco conferências realizadas em cada região do País, no primeiro semestre de 2019, e que compõem o projeto *Diálogos Brasil-União Europeia: Perspectivas de Equidade de Gênero no Sistema de Justiça – Ministério Público*. A iniciativa tem o objetivo de realizar um diagnóstico subjetivo, com base em método pedagógico e científico, sobre a situação de gênero na carreira dos Ministérios Públicos Estaduais.

A União Europeia apoia e participa ativamente das conferências, possibilitando um intercâmbio de informações, experiências e boas práticas entre os Sistemas de Justiça do Brasil e dos Estados-membros da UE, como também uma abordagem comparativa entre contextos socioculturais. As conferências regionais visam a construir uma agenda comum entre nações, estreitar vínculos e estratégias de promoção da igualdade de gênero nos Ministérios Públicos brasileiro e de países europeus.

Inspiradas no modelo da exitosa I Conferência Nacional de Procuradoras da República, que aconteceu em Brasília (DF), nos dias 15 e 16 de junho de 2018, as conferências regionais seguem metodologia instituída pela Portaria CNMP-PRESI nº 8, de 31 de janeiro de 2019, cuja elaboração teve apoio da Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), conforme Acordo de Cooperação celebrado entre a Secretaria de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP e a ESMPU, em 17 de janeiro de 2019.

Em Goiânia, a programação do evento contou com solenidade de abertura, oficinas simultâneas, roda de conversa, painel temático e plenária final. Nas oficinas, as participantes respondem perguntas previamente estabelecidas, relacionadas aos temas de cada eixo:

Eixo I – Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação

Eixo II – Condições de trabalho: saúde, segurança e bem-estar

Eixo III – Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas

Eixo IV – Movimentação na carreira: critérios, dificuldades e políticas de equidade

Eixo V – Carreira e outras jornadas: gênero e família

Eixo VI – Empoderamento, lideranças e participação político-institucional: igualdade de gênero e políticas de equidade

À medida que refletem sobre tais questões, as conferencistas identificam os problemas que precisam ser enfrentados institucionalmente. Com esse diagnóstico, os grupos constroem proposições e recomendações, que são objeto de deliberação na plenária final.

## HOMENAGEADAS ESPECIAIS

A 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça homenageou a história e a memória de seis inspiradoras mulheres da Região Centro-Oeste, que se destacaram nas artes, no jornalismo e na defesa dos direitos humanos.

As salas onde ocorreram as oficinas temáticas foram sinalizadas com os nomes e textos biográficos de Bartira de Mendonça, Cora Coralina, Enir Bezerra, Leodegária de Jesus, Philomena Leporoni Mazolla e Teresa de Benguela.

Na solenidade de abertura, Raquel Dodge, presidente do CNMP e procuradora-geral da República, explicou que a homenagem é parte de uma das estratégias da conferência, que busca indagar se os obstáculos visíveis e invisíveis encontrados nas carreiras dos Ministérios Públicos são similares àqueles enfrentados por mulheres de outras áreas.

“Homenagear mulheres que se destacaram e que nos inspiram é uma forma de estimular a perseverança e o exemplo”, afirmou Raquel.

Conheça, abaixo, cada uma das homenageadas especiais da 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Centro-Oeste.

### Sala Bartira de Mendonça

Considerada a Chiquinha Gonzaga mato-grossense, Bartira foi musicista, compositora e professora, dando aulas de piano, violão e pintura para crianças. Uma mulher à frente do seu tempo que, na década de 30, enfrentou a família e a sociedade ao separar-se do marido e unir-se a outro homem. Era irmã de Rubens de Mendonça, poeta, historiador e jornalista brasileiro.

### Sala Cora Coralina

Pseudônimo de Anna Lins Bretas, Cora Coralina foi uma contista e poetisa goiana. Começou a escrever poemas e contos quando tinha 14 anos. Publicou seu primeiro livro — *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* — aos 75 anos. Mulher simples, viúva, sustentou os quatro filhos exercendo a profissão de doceira. A casa onde viveu, na Cidade de Goiás, foi transformada em um museu em homenagem à sua história de vida e à produção literária.

### Sala Enir Bezerra

Primeira cacique mulher do Mato Grosso do Sul, Enir Terena, como era conhecida por sua etnia, nasceu em 8 de março de 1955, na Aldeia Limão Verde, no município de Aquidauana. Anos mais tarde, em Campo Grande, abraçou a missão de unir seu povo para reconstruir uma identidade e conquistar direitos, tornando-se uma das maiores lideranças indígenas do Estado. Mãe de sete filhos, sempre lutou pela educação de qualidade na primeira aldeia urbana do Brasil, que ajudou a construir no bairro Tiradentes. Foi responsável pela fundação da escola no local e da oca onde está instalado o Museu da Cultura Indígena.

### Sala Leodegária de Jesus

Escritora e poeta, Leodegária nasceu em Caldas Novas, Goiás, em 1889. Uma das primeiras mulheres a lançar um livro de poemas em Goiás, enfrentou dificuldades por seu gênero e por ser negra. Seu primeiro livro — *Coroas de Lírios* — foi publicado aos 17 anos, em 1906. Sempre à frente de seu tempo, estudou latim e foi chefe de família numa época em que as mulheres aprendiam tão somente os ofícios domésticos.

### **Sala Philomena Leporoni Mazolla**

Philomena chegou em Brasília em 1957, sozinha, por acreditar no sonho de Juscelino Kubitschek. Filha de imigrantes italianos, foi pioneira na nova capital, onde se tornou líder comunitária e parteira, trazendo à vida mais de dois mil brasilienses. Mãe biológica de quatro filhos, ela criou outras dezenas de crianças nascidas no Planalto Central, onde fundou e administrou a primeira creche da cidade. Morreu em 2002, deixando como legado seu trabalho social e a sua luta pela antiga Cidade Livre, nome como era conhecido o atual Núcleo Bandeirante, cidade satélite a 12 km de Brasília.

### **Sala Teresa de Benguela**

Líder quilombola, Teresa de Benguela chefou o Quilombo do Quariterê, localizado no atual Estado do Mato Grosso. Sob seu comando, a comunidade negra e indígena resistiu à escravidão por duas décadas, até 1770. Neste ano, o quilombo foi destruído, deixando dezenas de negros e índios mortos ou aprisionados. A Lei nº 12.987, de junho de 2014, instituiu o dia 25 de junho como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra.



**DIAGNÓSTICO:  
CAMINHO E  
PERSPECTIVA**





## SOLENIIDADE DE ABERTURA

“O fato de terem atendido a este apelo por debate é que torna este momento possível”, destacou Raquel Dodge, presidente do CNMP e procuradora-geral da República, na abertura da 3ª Conferência Nacional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Centro-Oeste, que aconteceu em Goiânia (GO), na tarde do dia 26 de abril.

A solenidade teve participação de autoridades dos Estados da região e do Distrito Federal e foi marcada por discursos potentes e poesia. Falaram às conferencistas, além de Dodge, a representante da Delegação da União Europeia no Brasil, Maria Rosa Sabbatelli; o governador de Goiás, Ronaldo Caiado; o procurador-geral de Justiça do MP/GO, Aylton Flávio Vechi; a subprocuradora-geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do MP/GO, Ana Cristina Ribeiro Peterrella França; a deputada federal Celina Leão e o presidente da Associação Goiana do Ministério Público, José Carlos Miranda Nery Júnior.

Raquel Dodge deu as boas-vindas e agradeceu a presença dos convidados e participantes, destacando que o sucesso do evento se devia ao fato “de todos terem acolhido o convite”.

Nascida na cidade de Morrinhos, município goiano, a presidente do CNMP falou de suas origens familiares e destacou os vínculos

afetivos com a terra. “Filha desta terra abençoada de Goiás, eu guardo comigo os valores elevados e a ética do trabalho e de comportamento que são os únicos tesouros da minha existência”, afirmou.

Em sua saudação, Dodge também celebrou a história de sua avó, Dona Maria Cândida, e de sua mãe, Dona Ivone Cândido, cujas trajetórias foram marcadas, nas palavras da procuradora-geral da República, “pela coragem e generosidade”.

Ao reiterar os objetivos da conferência com vistas à promoção da igualdade de gênero no Sistema de Justiça, Raquel Dodge afirmou que pôde testemunhar, nas edições de Manaus e Salvador, “a relevância deste tema e a importância do debate”, mas que, sobretudo, pôde perceber “que a contribuição feminina fortalece toda a sociedade, e não apenas as mulheres”.

De acordo com a presidente do CNMP, os debates ensejados no encontro não buscam confrontar, enfrentar, tampouco excluir, a participação masculina, mas, sim, “inserir a mulher de modo harmônico em todos os espaços que queiram atuar, com igualdade e mesma dignidade”.

Para ela, mulheres e homens devem estar “juntos na construção de uma sociedade melhor, justa, livre, solidária, em que raça e gênero não sirvam para discriminação da pessoa humana”.



## DIÁLOGOS COM A UNIÃO EUROPEIA

Maria Rosa Sabbatelli, representante da Delegação da União Europeia no Brasil, agradeceu à presidente do CNMP a profícua colaboração entre o conselho e a UE, nas temáticas de igualdade de gênero e enfrentamento da violência contra a mulher. “Trabalhamos juntos nesses dois temas. Trata-se de cooperação muito frutífera, com resultados concretos, como o Frida – Formulário Nacional de Risco e Proteção à Vida, e a série de conferências”, ressaltou.

Ao saudar as participantes, Maria Rosa destacou a trajetória de mulheres que tiveram protagonismo na construção da União Europeia, como a enfermeira Louise Weiss, a idealizadora do Programa Erasmus de intercâmbio, Sofia Corradi, e a magistrada e parlamentar europeia Simone Veil. Foram mulheres que “assim que puderam, ocuparam um espaço no poder político local, batalharam para também ocupar o seu lugar nas instituições”, construindo as bases da união e consolidando o projeto europeu, explicou Sabbatelli.

Para a representante da UE, iniciativas pioneiras como as conferências regionais possibilitam a realização do debate sobre igualdade de gênero, constituindo-se como espaços para escuta de desafios e propostas de soluções.

Maria Rosa chamou a atenção do público para alguns desafios postos pela temática, como a defesa intransigente do que já foi conquistado, a fim de “evitar dar passos atrás”; a responsabilidade com as novas gerações de meninas, de maneira a encorajá-las e impulsioná-las a aceitar desafios; e a banalização do discurso de ódio sexista, especialmente on-line. “Eu acredito que as palavras são importantes e podem levar a ações. Elas podem ser o primeiro passo para um tratamento desigual e até violência física”, acentuou Sabbatelli.



## ANFITRIÕES

Na solenidade de abertura, o procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Goiás, Aylton Flávio Vechi, exaltou importantes mulheres do Estado, que estiveram à frente da Procuradoria-Geral de Justiça, da Corregedoria-Geral do MP e da presidência da Associação Goiana do Ministério Público e disse que “o Ministério Público de Goiás sempre foi muito bem brindado — e blindado — pelas mulheres”.

O procurador-geral de Justiça de Goiás dividiu o espaço de fala com a subprocuradora-geral, Ana Cristina Ribeiro Peternella França. “Como eu disse logo no início, nós vamos fazer essa saudação em duas vozes”, explicou Vechi, compartilhando seu tempo no púlpito com a colega.

Em seu discurso, Ana Cristina falou sobre a evolução do papel feminino no âmbito da família. Para a subprocuradora-geral, trata-se de um processo histórico lento, mas que avançou em virtude da luta das mulheres.



“Apenas com o advento do Código Civil, que entrou em vigor em 2003, é que se disse: ‘o casamento é uma comunhão plena de vida, baseada na igualdade entre homens e mulheres’. Então, da perspectiva histórica das nossas carreiras, do nosso estudo e da nossa formação, nós podemos constatar que essa evolução tem sido lenta. E tem sido resultado, sim, de muita luta”, defendeu Ana Cristina.

A subprocuradora-geral de Justiça rendeu homenagem à escritora goiana Cora Coralina. “Na busca de algo belo e inspirador, para iniciar a conferência, que simbolizasse Goiás, foi inevitável e irresistível chegar a Cora Coralina”, contou.

Das tantas lições de Cora e de sua poesia, Ana Cristina celebrou o início da 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça com os seguintes versos:

*Tenho consciência de ser autêntica  
E procuro superar todos os dias minha própria  
personalidade  
Despedaçando dentro de mim  
Tudo que é velho e morto  
Pois lutar é palavra vibrante  
Que levanta os fracos e determina os fortes  
O importante é semear  
Produzir milhões de sorrisos de solidariedade e  
amizade  
Procuro semear otimismo  
E plantar sementes de paz e justiça  
Digo o que penso com esperança  
Penso no que faço com fé  
Faço o que quero fazer com amor  
Eu me esforço para ser cada dia melhor  
Pois bondade também se aprende.*





### **RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE**

**Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público  
e Procuradora-Geral da República**



É importante entender se a carreira do Ministério Público é atrativa para mulheres, se há barreiras visíveis e invisíveis para evoluirmos ou para ocuparmos cargos de poder nessa carreira.

No Centro-Oeste, segundo as estatísticas, dos 885 membros do Ministério Público, 36,7% são mulheres. Goiás é o Estado que teve, dentro da nossa região, o maior número de procuradoras-gerais de Justiça, o que deve ser saudado. E uma delas está aqui também entre nós, Dra. Ivana Farina.

A equidade de gênero, a proteção da dignidade feminina, o direito à igualdade que constam da Declaração Universal de Direitos Humanos e também da Constituição Federal de 1988 são marcos jurídicos que permitem à mulher ser o que deseja ser, sem que precise abdicar das relações afetivas ou culturais para construir uma carreira. Este é um dos temas em debate nesta conferência. A dificuldade em estabelecer equidade de gênero na vida pública. É preciso examinar o esforço cotidiano, para equilibrar desafios familiares, conjugais e profissionais e também analisar como tem sido o nosso esforço discreto o suficiente para não agravar os problemas em casa e no trabalho.

Parece-me que, se o Ministério Público defende equidade ao desempenhar sua função institucional, é adequado iniciar o debate sobre o que acontece dentro da nossa própria instituição. Elevamos, assim, a autenticidade da nossa conduta e do exercício da função institucional. Mais que tudo, estou certa de que praticada dentro do próprio Ministério Público, a equidade de gênero ganha força, inclusive na cobrança que fizemos no exercício da nossa função institucional. ”



## MARIA ROSA SABBATELLI

### **Chefa de Equipe Regional do Instrumento de Política Externa da Delegação da União Europeia no Brasil**

“

Se temos muitas mulheres inspiradoras na história, como a Cora Coralina, que foi aqui mencionada, acho que todas nós temos uma responsabilidade com as novas gerações. Quando meninas e adolescentes olham para a procuradora-geral da República, percebem que elas também um dia podem ser líderes. Acredito que o empoderamento tem também a ver com a imagem do êxito das mulheres no poder. Se as mais jovens veem só homens no sistema judiciário e na política, a mensagem não é positiva. A mensagem tem que ser positiva, tem que encorajar, tem que impulsionar a menina e a mulher para aceitar os desafios. E outro desafio importante é evitar dar passos atrás. Defender o que foi conquistado é defender junto com os homens, que nos ajudaram a conquistar.

A Europa está entre os lugares mais seguros e mais iguais para meninas e mulheres no mundo. O número de mulheres empregadas atinge um nível historicamente elevado na União Europeia. Mais e mais mulheres estão em posição de poder hoje. Isso é algo de que podemos nos orgulhar. Mas isso não significa que a luta acabou ou que essas conquistas podem ser tomadas como garantias. Também, na União Europeia, muitas mulheres ainda enfrentam desafios, desigualdades, ameaças em sua vida cotidiana, abusos, assédios, salários mais baixos, menos oportunidades de emprego e carreira. E isso é inaceitável.

Particularmente preocupante é também a banalização do discurso do ódio sexista, especialmente *online*. Eu acredito que as palavras são importantes e podem levar a ações. Elas podem ser o primeiro passo para um tratamento desigual e até para violência física. É importante que todos mostrem tolerância zero em relação ao discurso de ódio e a todas as formas de violência e discriminação contra as mulheres.”



## **RONALDO CAIADO**

### **Governador do Estado de Goiás**



Eu quero fazer uma primeira deferência à nossa procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Não só como goiano, mas algo que eu aprecio é quando alguém assume um cargo e sabe realmente fazer com que aquele cargo seja realçado cada vez mais. Realçado pela capacidade, pela inteligência, pela argumentação, pelo bom debate, pelo conteúdo, pela sensibilidade, pelo gesto de humildade.

O Estado de Goiás está totalmente aberto para aquilo que for ponto positivo e que possamos, cada vez mais, melhorar a qualidade de vida de todo o povo goiano e, ao mesmo tempo, dar dignidade e espaço para as mulheres poderem apresentar sua competência e capacidade de gestão. Saibam que esse Estado é extremamente receptivo e se sente honrado em tê-las todas na nossa querida cidade de Goiânia.

Eu gostaria que vocês visitassem também a Cidade de Goiás. É patrimônio mundial da humanidade, como tal é uma terra linda, com muitas riquezas, no sentido da cultura, da história; é uma terra em que as mulheres escreveram a história. A cidade de Goiás, antiga capital, tem uma cultura matriarcal. Os homens iam para o Rio de Janeiro e lá ficavam o ano todo. E as mulheres é que cuidavam de tudo. Ali, vocês vão ver na música, na literatura, na arte, as mulheres que escreveram a cultura do Estado de Goiás.”



## **AYLTON FLÁVIO VECHI**

### **Procurador-Geral de Justiça do Estado de Goiás**



Hoje, nós estamos realizando esta conferência em Goiás e sabemos dos frutos que ela vem produzindo internamente no âmbito do Ministério Público, com grandes possibilidades de um efeito exterior à instituição. A grande importância e o detalhe disso é nós termos a percepção de como a equidade de gênero vem sendo conduzida ao longo da história deste País pelas instituições responsáveis pela defesa dos direitos fundamentais e direitos humanos. Apenas para dizer que o Ministério Público de Goiás é exemplar nesse aspecto da equidade de gênero.

Em 1947, ingressou no Ministério Público a primeira mulher: Amália Mohn. Hoje, nós temos 40% dos membros do Ministério Público mulheres. No âmbito do Ministério Público de Goiás, nós tivemos três procuradoras-gerais de Justiça: Dra. Nilma Maria Naves Dias do Carmo, Dra. Ivana Farina Navarrete Pena — aqui presente — e Dra. Laura Maria Ferreira Bueno — hoje subprocuradora-geral. Tivemos quatro corregedoras-gerais do Ministério Público: Dra. Myrthes de Almeida Guerra Marques, Dra. Marli Rodrigues de Ataídes, Dra. Antônia de Paula Rocha e Dra. Eliane Ferreira Fava. Tivemos, na presidência da Associação Goiana do Ministério Público, quatro brilhantes mulheres também: Dra. Myrthes de Almeida Guerra Marques — que havia sido corregedora-geral do Ministério Público; Dra. Regina Helena Viana; Dra. Ivana Farina e também a Dra. Yara Alves Ferreira e Silva. O Ministério Público não pode dizer que gênero, aqui, foi um problema para nós; sempre foi uma solução.”



## **ANA CRISTINA RIBEIRO PETERELLA FRANÇA**

### **Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do Ministério Público do Estado de Goiás**



Especialmente para nós, mulheres, de carreira de Estado, que temos uma formação essencialmente jurídica, nós sabemos o quanto esse debate, esse acolhimento, esse encontro é importante.

Nós somos de uma geração a que foi possível vivenciar essa evolução — e aqui eu faço um recorte — da mulher no campo jurídico dentro da legalidade. Porque o recorte que é feito no campo da discriminação, da violência, esse é o nosso trabalho, é o que deve ser combatido. Mas eu trago para reflexão essa evolução que eu pude, até como estudante de Direito e como professora também de Direito de Família e Sucessões, perceber.

Nós estamos no século XXI. Nós tivemos um novo Código Civil brasileiro, que entrou em vigor apenas em 2003. E, até então — e isso eu gostava de falar em sala de aula, para provocar até espanto nos meus alunos e provocar reflexão —, o homem era, e assim nós estudamos, o chefe da sociedade conjugal.

Esses poderes do marido como chefe da sociedade conjugal não são poderes discricionários. O marido não pode — nos ensinava a doutrina brasileira até poucos anos atrás —, no exercício da chefia da sociedade conjugal, determinar à mulher os seus penteados e os seus vestidos. Ele não pode proibir a mulher de visitar os seus parentes, na faculdade assim eu estudei. O marido não pode, inclusive, proibir a mulher de fumar, bem como ele não pode abrir-lhe a correspondência.

Mesmo depois da Constituição Federal de 1988, onde foi necessário que se dissesse ‘homens e mulheres são iguais’, essas lições doutrinárias ainda permaneceram. Só com o advento do Código Civil, que entrou em vigor em 2003, é que se disse: ‘o casamento é uma comunhão plena de vida, baseada na igualdade entre homens e mulheres’. Então, da perspectiva histórica das nossas carreiras, do nosso estudo e da nossa formação, nós podemos constatar que essa evolução tem sido lenta. E tem sido resultado, sim, de muita luta.”



## CELINA LEÃO

Deputada Federal (PP/DF)



Nós tivemos um aumento significativo, de mais de 30%, de mulheres na política. E, graças a um gesto — que nós não conseguimos obter no Poder Legislativo — que a Bancada Feminina recorreu ao Poder Judiciário para tentar efetivar as cotas. Naquele momento, nós vivíamos uma condição, no Brasil, muito importante. Tínhamos uma mulher na presidência do Tribunal Superior Eleitoral, e a Dra. Raquel, à frente do Ministério Público. Toda essa convergência possibilitou que fosse garantido o fundo constitucional de 30%. Isso deu um aumento de quase 30%.

Isso mostra o quanto é importante ter mulheres que sabem e têm consciência do seu dever. São ações como essa, de mulheres que vêm na vanguarda e conseguem fazer com que os direitos e as garantias fundamentais sejam para todas as mulheres, não só para aquelas que conseguiram chegar e tiveram acesso a esses direitos.

Gostaria de colocar também a importância da preservação desses direitos, porque nós ainda vivemos — inclusive, no parlamento — a tentativa diária de retirada de direitos das mulheres, sempre, comumente, todas as semanas. Então, o enfrentamento para garantir a equidade é fundamental.

E, quando nós tivemos a oportunidade de passar pra deixar um breve abraço nesse evento, eu fiquei muito feliz por o Ministério Público ter a coragem de fazer uma leitura interna de por que as mulheres não estão ou estão optando fazer carreira no Ministério Público.”



## **JOSÉ CARLOS MIRANDA NERY JÚNIOR**

### **Presidente da Associação Goiana do Ministério Público**



Com efeito, a nós, lideranças associativas, incumbe disponibilizar os espaços; e a vocês, promotoras de Justiça com brilhante atuação profissional, cabe a imprescindível mobilização destinada a ocupar tais espaços, reduzindo essa injustificável disparidade numérica, e representação em prol da construção de um mundo com base mais igualitária.

Encerro minhas palavras, ressaltando a necessidade também de que nós, homens, nos engajemos para essa nova relação de gênero, baseada na igualdade e no cuidado entre homens e mulheres. Nesse sentido, trago aqui um texto do ator Anselmo Vasconcelos para a campanha ElesPorElas, da ONU Mulheres:

‘Ser homem, cá entre nós, é fácil. Vivemos em um mundo rodeado de privilégios. Para as dificuldades com os filhos, temos as mães; para as oportunidades profissionais, temos a vantagem; para os mesmos trabalhos, melhores salários. Mas, e para lutar contra todas essas injustiças, será que temos coragem? Será que eu e você temos a grandeza de lutar com direitos que não são os nossos? De reconhecer que, em vez de sermos melhores, chegou a hora de sermos iguais? Será que nós estamos prontos para isso? Ou será que depois de tantos anos sendo parte do problema, nenhum de nós consegue mais ser parte da solução?’”



## MESA: DEPOIMENTOS SOBRE AS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Uma novidade na abertura da 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça da Região Centro-Oeste foi um painel dedicado ao relato de experiência de participantes das edições anteriores do evento, nas regiões Norte e Nordeste.

A promotora de Justiça do Ministério Público do Amazonas Cley Martins, a procuradora-geral de Justiça do Ministério Público da Bahia, Ediene Lousado, e a promotora de Justiça do MP baiano Lívia Santana descreveram suas vivências nas conferências anteriores e relataram os desdobramentos do encontro.

Dignidade e esperança são as palavras que resumem, para Cley Martins, a 1ª Conferência Regional, que aconteceu em Manaus, nos dias 22 e 23 de fevereiro. A promotora contou que, durante as discussões nas oficinas temáticas, pôde observar demandas latentes, que vieram à tona e transformaram-se em propostas na Conferência.

“Quando nós nos deparamos com todas essas nuances que nós precisamos melhorar e avançar, saiu dali um lustre de dignidade da mulher, da mulher profissional, da mulher do Ministério Público, da mulher mãe, da mulher companheira e um lustre de esperança”, afirmou.

Cley relatou que um dos desdobramentos da 1ª Conferência Regional foi a visita de representantes da Embaixada da Austrália a um projeto apoiado pelo MP/AM de abrigo e suporte social a vítimas de abuso sexual e violência doméstica.

Na esteira dos impactos do encontro, Ediene Lousado afirmou que, no Nordeste, a 2ª Conferência Regional, que aconteceu em Salvador, nos dias 29 e 30 de março, provocou uma mudança de percepção acerca do tema entre as membras do MP. “Muitas não saíram como entraram”, relatou.



Nós tivemos muitas procuradoras de Justiça participando da conferência, e o depoimento delas, depois, me foi comovente, porque disseram o quanto se sentiram empoderadas”, destacou.

Alargar perspectivas e a visão sobre as relações de gênero na instituição teve resultados objetivos, conforme descreveu a procuradora-geral de Justiça da Bahia. Um deles foi a aprovação, no órgão especial do Colégio de Procuradores, de promotorias de combate à violência doméstica no MP/BA.





## INTERSECCIONALIDADE

A fim de sensibilizar as conferencistas do Centro-Oeste, a promotora de Justiça Lívia Santana chamou a atenção ao debate de gênero em intersecção com o debate racial. “É preciso que vocês reflitam sobre isso, porque essa questão tem efeito prático na nossa atuação fora da instituição, como promotoras de Justiça”, argumentou.

Lívia destacou que o Ministério Público é uma instituição majoritariamente composta por homens e mulheres brancos, e que as mulheres negras, em comparação com as mulheres brancas, enfrentam obstáculos para ingressar na carreira.



Quer dizer a pesquisa Cenários de Gênero demonstra que a gente até entra na carreira. Na Bahia, a gente tem maioria mulheres, não só entre os membros, mas entre os diversos cargos de chefia. Mas as pessoas negras sequer entram na carreira”, ressaltou.

Para Lívia, não considerar esse quadro de desigualdades raciais contribui para reforçar opressões, que, assim como as de gênero, precisam ser reconhecidas e enfrentadas. “Nós precisamos de fato refletir sobre isso. Pensar que, se nós enquanto mulheres, não enxergamos as vulnerabilidades que oprimem outras mulheres, nós estamos reproduzindo essa opressão”, ponderou.



## CLEY MARTINS

### Promotora de Justiça do Ministério Público do Amazonas



Nós, promotoras de Justiça do Amazonas, temos muitas dificuldades, a começar porque lá não tem estradas, as estradas são os rios. As distâncias são continentais. Muitas vezes, promotoras como eu, que iniciaram a carreira na fronteira e largaram filhos, companheiros, pais e amigos na capital, para trabalhar e, no meu caso, passar 14 anos no interior do Estado Amazonas, para poder ser promovida para a capital. Isso é uma vida de dedicação. Então, nós queremos que essa instituição respeite a nossa história, dê dignidade de trabalho, reconheça nosso esforço enquanto mulheres. Nós temos diferenciais que devem ser respeitados.

A primeira grande vitória foi a união das mulheres, de a gente reiterar que uma mulher não abandona e não larga a mão de outra mulher. Depois, nós tivemos a visita de representantes da embaixada da Austrália a um projeto que foi capitaneado por uma mulher. Esse projeto visa a proteger, dar abrigo e dar um suporte social a vítimas de abuso sexual e de violência doméstica.”



## EDIENE SANTOS LOUSADO

### Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia



Eu tenho plena convicção que cada uma daquelas mulheres que participou daquele evento, naquela oportunidade, não saiu de forma nenhuma como entrou. É incrível o poder que se tem quando reunidas e unidas passamos a discutir o nosso dia a dia, enquanto mulher, dentro das nossas carreiras, da nossa trajetória. As nossas aflições, a bagagem, muitas vezes, é mais pesada, na grande maioria das vezes, para nós mulheres do que para os homens. Aqui se revelaram muitas poetisas e cantoras; a conferência tem esse dom de despertar artistas dentro de nós.

Mas por que a conferência tem o poder de realmente fazer com que a gente revise conceitos e preconceitos adormecidos? Ela tem o papel de fazer com que se reveja também o engessamento social do qual somos vítimas, no desempenho de papéis que nos são colocados como absolutos e que, muitas vezes, não discutimos.

Nós tivemos muitas procuradoras de Justiça participando da conferência, e o depoimento delas depois me foi comovente, porque elas disseram o quanto elas se sentiram empoderadas. Mulheres de 60 e poucos anos, que nunca haviam refletido a respeito disso. Esse dom do empoderamento que a conferência faz com que a gente discuta, revise, reflita. Foi muito importante perceber que elas saíram com essa visão. E isso nos ajudou muito na aprovação de projetos recentes, pelo menos no órgão especial, em relação à aprovação das promotorias de combate à violência doméstica. Então, elas capitanearam apoio dentro do órgão especial do colégio de procuradores para o projeto da Procuradoria-Geral.”



## LÍVIA MARIA SANTANA

### Promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia



Uma pesquisa, o Mapa da Violência, de 2015, traz um período de dez anos de estudo, de 2003 a 2013 — notem que a Maria da Penha vem em 2006. Então, um período de longa vigência da Maria da Penha. Nesse período de dez anos, concluiu-se que houve uma redução do feminicídio de mulheres brancas, de quase 10%. E, nesse mesmo período, um aumento de mais de 54% dos feminicídios de mulheres negras. O que é que acontece que a gente não consegue aplicar a Lei Maria da Penha com igualdade, quando a gente fala de raça? Por que uma lei que atende mulheres brancas e consegue reduzir o índice de feminicídios em relação a essas mulheres não consegue reduzir em relação às mulheres negras? Então, nós precisamos de fato refletir sobre isso. Pensar que, se nós, enquanto mulheres, não enxergamos as vulnerabilidades que oprimem outras mulheres, nós estamos reproduzindo essa opressão.

Eu finalizo deixando um recado e duas frases: primeiro da Grada Kilomba, que diz o seguinte: ‘uma mulher negra, ela diz que é uma mulher negra. A mulher branca diz que é uma mulher, que ela é o padrão do que é ser mulher. A priori, ela não consegue enxergar essas questões que não afetam ela. E o homem branco diz que é uma pessoa’.

Então, o nosso direito é construído nessa base. Essa exclusividade da branquitude, da masculinidade. Nós precisamos transformar isso. Por isso, eu deixo uma frase de Audre Lord, que diz o seguinte: ‘eu não serei livre enquanto outras mulheres possuírem correntes, ainda que as correntes delas sejam diferentes das minhas.’”



## RODA DE CONVERSA

O poder da palavra e da narrativa foi um dos temas em discussão na roda de conversa da 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça, em Goiânia. O diálogo contou com a participação da jornalista da TV Globo Delis Ortiz.

Raquel Dodge, presidente do CNMP e procuradora-geral da República, conduziu a conversa, ao lado da secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva do CNMP, Ivana Farina; da secretária-geral do CNMP, Cristina Nascimento Melo, e da promotora de Justiça do Ministério Público da Bahia Lívia Maria Santana.

Durante o painel, a experiente repórter falou sobre sua trajetória profissional, os primeiros anos de redação, os desafios que enfrentou na carreira, além dos princípios e valores que leva consigo, gestados no convívio familiar.

Raquel Dodge agradeceu a presença da convidada e ressaltou a “alegria imensa e grande honra” de ter Delis na 3ª Conferência Regional.

Natural de Cuiabá (MT), cresceu em uma “família de mulheres fortes”, contou. Sua mãe foi a primeira enfermeira formada em nível superior no Mato Grosso. Ouvia da mãe que estava sendo criada “para a vida” e que, por isso, deveria estudar. Delis almejava ser detetive, mas tornou-se jornalista.

No diálogo, Dodge lhe perguntou que semelhanças vê entre a atuação da profissional de imprensa e a das membras do Ministério Público — uma vez que ambas exercem o ofício pelo poder da palavra.

“É estranho, né? Porque era eu que tinha que perguntar”, brincou a jornalista. “Eu acho que o que tem por semelhança é tratar a profissão como uma missão. Esse olhar para além do fato. Vocês também são investigadoras. Eu queria ser detetive e acabei sendo jornalista”, respondeu Delis.



## O PRIMEIRO “FURO”

Na faculdade, o texto de Delis chamou a atenção de um professor, que afirmava que a estudante “seria da televisão”, “porque seu texto tinha imagem”. Delis confessou que “não entendia o que era isso”. Mas, para cumprir o estágio obrigatório, o professor lhe indicou para uma vaga na TV Brasília. Tratava-se, relata a repórter, de uma emissora que priorizava o noticiário policial: “um tal de Brasil Urgente, que só mostrava assassinato”, contou. Mas Delis aceitou a oferta. No período, inclusive, estava grávida.

Nesse contexto, afirmou que percebia a redação como um ambiente machista, já que havia muito mais homens do que mulheres. “Só tinha homem na equipe: cinegrafista, motorista, auxiliar, o cara que carregava VT. Era esquisito isso”, descreveu.

Numa ocasião, lhe definiram como pauta a inauguração do busto de Israel Pinheiro, na Praça do Buriti, em Brasília. O cinegrafista que iria lhe acompanhar sugeriu ir antecipadamente à cobertura. “Eu falei para ele: ‘como assim, não é 11h?’; ele respondeu: ‘mas a gente já vai indo, vai armando’”.

Delis chegou a desconfiar de que se tratava de “uma pegadinha” do colega. Mas, na hora, decidiu ouvi-lo, ao considerar os anos de experiência do cinegrafista. “Chegamos às 10h. Quando estamos descarregando as coisas, naquela praça que estava só sol, não tinha sombra e faltava uma hora para a inauguração do busto, ele fala assim: ‘olha quem está do outro lado da praça’”.

Era Tancredo Neves, ex-senador e governador de Minas Gerais. Delis contou que, até então, “nunca tinha visto uma pessoa importante assim”. Falou para si que não perderia a oportunidade de entrevistá-lo, “fingindo que era inteligente, que sabia das coisas”.

A iniciante repórter, então, abordou Tancredo e falou: “Olha, eu estou nervosa, sou estagiária. Nunca vi o senhor pessoalmente, estou tremendo. O que eu pergunto para o senhor, que vai ser manchete amanhã?”. Ao que Tancredo respondeu: “pergunta se eu vou ser candidato à presidência da República”. Delis perguntou e foi nessa entrevista que Tancredo Neves confirmou que seria candidato no colégio eleitoral.

Segundo Delis Ortiz, logo depois apareceu a grande imprensa na Praça do Buriti. Encaminharam Tancredo para o palco, mas ele não concedeu entrevista a mais ninguém. A repórter, então, havia conseguido seu primeiro “furo”. Ela ainda “gastou tempo” fazendo a matéria sobre o busto, pois, confessa, “não tinha consciência do peso” daquela entrevista.

“Cheguei na redação e disse ‘está aqui a matéria’. Ah, tem também uma entrevista com Tancredo Neves”. Todos se surpreenderam. Outras emissoras foram à TV Brasília, conhecer a jovem repórter que, desde já, recebeu propostas de trabalho.

“Hoje eu tenho consciência do significado daquilo. Mas, naquela época, eu fiz uma entrevista, ele contou uma coisa. [...] Aí eu aprendi o que é ser honesta com a gente. Não é querer dar uma de forte, de bonita, de sabidona, isso não dá certo. É melhor chegar por baixo”, aconselhou Delis Ortiz.



## DELIS ORTIZ

### Repórter da TV Globo



Eu acho que a palavra e, junto, a narrativa, produz identidade. Eu costumo ser reconhecida na rua não quando eu passo, mas quando eu abro a boca. Eu tenho uma identidade na voz. Mas vai muito além da voz essa narrativa. Quando eu narro a minha história, eu recobro a minha identidade. É muito importante essa narrativa permanente. No caso, eu acho que nós também temos em comum, com o momento histórico do País, o fato de escrever uma história. E eu acho que nós somos privilegiados, os dois lados.

Eu queria ser jornalista, porque eu queria ser aquela Voz do Brasil, que, lá em Mato Grosso, seis horas da tarde, com aquele pôr do sol maravilhoso, triste e bonito, tocava O guarani: 'Em Brasília, 18 horas'. Eu queria ser essa voz.

E fui fazer jornalismo. Morava na periferia, comprava pipoca fiado para poder fingir que jantei, porque eu saía do trabalho direto — pedia para ele botar bastante manteiga. Era um velhinho que eu nunca vou esquecer. Mas nunca me senti nem pobrinha, nem coitadinha, [...] nem excluída, embora eu não estivesse incluída. Porque eu trazia, na minha consciência e na minha narrativa, uma identidade muito marcada. Eu sabia quem eu era. Isso me ajudou muito.

Eu sabia quem eu era. Eu não era nada daquilo que pensavam, mas também não era nada menos do que pensavam. Isso traz uma força, que você não precisa sair gritando, batendo. Isso impõe.



## APRESENTAÇÃO CULTURAL

O encerramento do primeiro dia de atividades da 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça exaltou a cultura da Região Centro-Oeste. Acompanhadas de um violeiro, as meninas do grupo *Catireiros*, do Colégio da Polícia Militar de Goiás *Manoel Vilaverde*, apresentaram a *catira*, dança cujo ritmo é marcado pela batida dos pés e das mãos.





## PAINEL TEMÁTICO: PERSPECTIVAS DE EQUIDADE DE GÊNERO – UMA PERCEPÇÃO FEMININA

Compartilhar histórias, experiências e perspectivas sobre mulheres nas carreiras do Ministério Público brasileiro e de países da União Europeia foi o objetivo do painel temático da 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça.

Participaram da discussão a Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do MP/GO, Laura Bueno; a advogada e pesquisadora portuguesa Lúgia Afonso; a promotora de Justiça do MP/MT Solange Linhares; e a procuradora-geral de Justiça do MPDFT, Fabiana Barreto. A presidente do CNMP e procuradora-geral da República, Raquel Dodge, fez a mediação do painel.

Laura Bueno descreveu eventos de sua trajetória no Ministério Público goiano, desde quando ingressou na instituição até sua eleição como procuradora-geral de Justiça do Estado. Tendo como exemplo “grandes mulheres” do MP — as quais, em suas palavras, “já haviam aberto muitos caminhos” —, Laura afirmou que o caminho inicial não se mostrou tão difícil.

Ingressou aos 24 anos na instituição, na Comarca de Buriti Alegre, e tinha como inspiração nomes como Dalva Pacheco, Myrthes Guerra, Nilma Naves, Regina Viana, Ivana Farina e Ana Cristina Peternella. “Essas mulheres, por certo, abriram caminho, tornaram mais fácil o nosso trilhar, sem dúvida nenhuma”, ressaltou.

Fundamentais, em sua trajetória, também foram as mulheres de sua família, especialmente sua mãe. “Eu tive uma mãe muito forte. Eu lembro que, quando eu titubeei para começar a carreira, ela bateu no meu ombro e disse assim: ‘vai lá que você dá conta’”, relatou.

Laura falou que as dificuldades na carreira começaram a vir à tona, quando decidiu concorrer à eleição à Procuradoria-Geral de Justiça do MP/GO. Nesse contexto, aspectos relacionados ao gênero passaram a se sobressair. Em uma das ocasiões, sua capacidade foi posta em dúvida, sendo tachada, por um colega, como “muito sensível” para assumir o cargo.

“Talvez foi esse um dos momentos que mais me surpreenderam. Um colega me cerca e fala o seguinte: ‘Laura, você tem certeza que você vai ser candidata, que você dá conta?’. Eu respondi: ‘tenho’. Ele falou: ‘mas você é mulher’”, narrou.

Os obstáculos iniciais, pautados no preconceito de gênero, não lhe tiraram o ânimo. Laura prosseguiu no pleito e foi eleita. Na gestão, lidou com adversidades e desafios, especialmente quando foi alvo de ataques de opositores. Nas praças de Goiânia, distribuíram panfletos com acusações e fotos suas. “Eu só tinha notícia. Chegava alguém e falava ‘Laura, eles estão na Praça do Sol’; ‘eles estão na Praça Tamandaré’. Tinha panfleto de tudo quanto é cor, Goiânia inteira falando que eu descumpri a Constituição Federal. E, estava tudo certo, dentro da lei, dentro do que era possível”.

Laura conduziu a crise de maneira firme. Por escolha, não foi à reeleição. Tirou férias e, ao retornar ao trabalho, descobriu que os panfletos haviam sido impressos no gabinete de um colega do Ministério Público de Goiás. Preferiu deixar este fato no passado.

Hoje, atuando como subprocuradora-geral do MP/GO, Bueno observa que mulheres competentes e capazes recusam assumir funções de chefia e gestão, muitas vezes em virtude de questões familiares, pessoais e de deslocamento. “Por que dessa recusa? O que nós podemos fazer para incentivar que elas aceitem? Porque existem mulheres que estão aí trabalhando e não aceitam esses cargos, por dificuldades”, indagou Laura à Plenária.

À frente da Procuradoria-Geral de Justiça do MPDFT, Fabiana Barreto falou sobre reconhecimento e coragem. No painel, Fabiana reiterou a importância de reconhecer o papel de mulheres de destaque, que ascenderam a posições de direção na instituição, como a procuradora-geral da República, Raquel Dodge — primeira mulher a ocupar o cargo, — e as demais “primeiras” que chefiaram os MPs estaduais.



Pediram para eu falar um pouco sobre mim, mas, durante essa conferência e na participação que tive em Salvador, me deu muita vontade de agradecer às mulheres que me antecederam”, afirmou Fabiana.

A chefe do MPDFT homenageou Cora Coralina e destacou o pioneirismo feminino nas carreiras dos MPs da Região Centro-Oeste. Ao narrar sua trajetória, ressaltou que, por vezes, as mulheres questionam-se se serão capazes de gerir uma instituição e duvidam se poderão assumir grandes missões.

Para Fabiana, o remédio, nesses casos, é evitar qualquer sentimento de fraude, seguir adiante e encarar os desafios, “com sua trajetória, com seu jeito de ser, com o seu tom conciliador, da forma como somos”, aconselhou.



## MOVIMENTO DE MULHERES

A promotora de Justiça do MP/MT Solange Linhares e integrante do Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público (MNMMP) apresentou, à Plenária, as ações que têm sido executadas pelo movimento.

Formado por cerca de 500 promotoras e procuradoras de Justiça, o MNMMP tem direcionado seus esforços para dirimir desigualdades de gênero na instituição, posicionando-se contra episódios de violação e incentivando a representatividade feminina nos espaços de poder.

“O movimento é basicamente uma reunião de mulheres que sonham com um Ministério Público melhor e com um mundo melhor. Quando eu falo de sonho, me vem sempre à mente um aforismo que fala o seguinte: ‘cuidado onde pisa, porque é sobre os meus sonhos que você caminha’”, disse Solange.

Entre as ações executadas pelo movimento que tiveram efeitos positivos, conforme Solange, estão uma nota pública em favor de uma promotora de Justiça do MP/PR que foi ironizada por um advogado, em plenário do júri — ele sugeriu que a profissional estava “na cozinha de sua casa”; e um ofício foi enviado às associações de classe, às Procuradorias-Gerais de Justiça e às diretorias das escolas do MP, solicitando proporcionalidade de gênero na composição de mesas de seminários, palestras e conferências.

Ao final, a promotora mato-grossense estendeu às conferencistas o convite para conhecer o movimento de mulheres da instituição. “Nós somos mulheres diferentes, que pensam diferente e de origens diferentes. Mas há um acolhimento, há uma sensação de pertencimento; quando isso acontece, é fantástico”, pontuou.



## CENÁRIO EUROPEU

Na esteira do diálogo e intercâmbio entre Brasil e União Europeia, a advogada e pesquisadora da Universidade do Porto Lígia Afonso apresentou dados da Comissão Europeia para Eficiência da Justiça e informações sobre o contexto de empregabilidade de homens e mulheres nos países-membros da UE.

Segundo Lígia, em 2017, a taxa de emprego de pessoas entre 20 e 64 anos atingiu seu maior patamar: 62,2%. Para os homens, a taxa de emprego registra 77,9%; já para as mulheres, a taxa alcança 66,4%. A diferença, na empregabilidade entre homens e mulheres, é de 11,5 pontos percentuais.

Para a pesquisadora portuguesa, existe um discurso que tenta amenizar esse quadro de desigualdade afirmando que, com o tempo, a diferença se reduzirá. Porém, Lígia observa que as taxas se mantêm nesse patamar há três anos. Além disso, “a taxa de empregos para as mulheres também atingiu o valor mais elevado; se tentarmos ver como é que estamos em termos de igualdade, nós vemos que a desigualdade de gênero persiste”, pontuou a advogada.

Lígia afirmou que a União Europeia tem desenvolvido iniciativas a fim de reverter a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. Muitas delas consideram em seu escopo “o fato de as mulheres estarem sobrecarregadas com o cuidado ao outro, como dos filhos e familiares idosos”, conforme a pesquisadora.

Nesse sentido, a UE propôs uma diretiva com o objetivo de contribuir na conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e dos cuidadores. A diretiva constitui “uma proposta de legislação que terá de ser internamente discutida por cada país dentro da União Europeia”, segundo Lígia.

De acordo com ela, as estratégias de intervenção definidas, no continente, para o período entre 2016-2019 passam por cinco pontos prioritários: aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho e promoção da independência de homens e mulheres; redução do fosso de rendimentos (salário, ganhos e pensões) e luta contra a pobreza das mulheres; combate à violência de gênero e proteção das vítimas; promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres no mundo; e promoção da igualdade de homens e mulheres nos processos de tomada de decisão.

No cenário europeu, portanto, subsistem desigualdades, apesar da empregabilidade das mulheres ter atingido seu maior nível, nos últimos anos. E os países-membros têm apostado em propostas legislativas para promover equidade.

“Este é o panorama em nível de Europa: mais emprego, mais mulheres a trabalhar, mas, quando nós vamos fazer uma análise com mais detalhe, nós percebemos que as desigualdades que subsistem. E, portanto, estamos a apostar, designadamente, do ponto de vista legislativo, no sentido de promover essas condições”, afirmou.



## **LAURA MARIA FERREIRA BUENO**

### **Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais do Ministério Público do Estado de Goiás**



Outro ponto que acho que é o mais importante da nossa atuação que merece uma reflexão muito profunda nossa é que, se tudo isso que eu passei, e que tantas passaram por coisas muito mais severas que eu, são atos praticados por alguns homens, somos nós mulheres que estamos criando esses homens. Então, onde que nós estamos errando? Como nós estamos criando os nossos filhos, para lidarem com essa realidade que eles vão enfrentar, da equidade de gênero em qualquer espaço. Será que nós estamos educando bem?

Nosso papel de mãe não é fácil. Porque, às vezes, a gente prega uma coisa, e a gente mesmo exige outra. E são esses meninos que nós estamos criando que estão discriminando meninas e mulheres no futuro. Então, a partir do momento em que a gente cumpre essa missão na nossa casa, nós temos que multiplicar isso nas casas dos outros.

Sempre que eu dou aula, eu repito uma fala do Dr. Olímpio, que é procurador do Paraná. Ele diz que o Estatuto da Criança e do Adolescente é você querer para o filho dos outros o que você quer para os seus filhos. Eu acho que esse é o nosso compromisso maior como promotoras e procuradoras de Justiça e procuradoras da República. Esse é o nosso desafio, porque esse respeito e essa equidade que a gente quer hoje, mas que a gente quer deixar a sementinha para amanhã, passa pelos nossos lares, pelas nossa condição de mãe. ”



## LÍGIA AFONSO

**Advogada e pesquisadora da Universidade do Porto**



Este é o panorama em nível de Europa: mais emprego, mais mulheres a trabalhar, mas, quando nós vamos fazer uma análise com mais detalhe, nós percebemos as desigualdades que subsistem. E, portanto, estamos a apostar, designadamente, do ponto de vista legislativo no sentido de promover essas condições. No caso de Portugal, vai ser no Parlamento que isto vai ser discutido e vai ser aprovado.

Retomando aquilo que é o significado de diálogo, de comunicação, nós, entre os países europeus, estamos a criar um conjunto de estratégias legislativas que vão ser implementadas em nível nacional. Portanto, em diversas áreas, esta da conciliação — trabalho e família — é um dos principais focos.

No Brasil, vocês estão a desenhar a história, indo absolutamente ao encontro daquilo que são os princípios feministas de mudança do *status quo*: que é a conquista de um espaço; e vocês se tornaram atrizes sociais (o conceito de ator social), na produção da vossa própria normatividade. Por isso, este trabalho que vocês estão a fazer aqui hoje e esta votação, sobretudo porque são as preocupações vivenciadas por vocês no vosso trabalho. E, portanto, as soluções encontradas por vocês é verdadeiramente uma revolução *copernicana*, uma condição fundamental para mudança, o que me deixa profundamente orgulhosa de estar aqui e poder participar.”



## **SOLANGE LINHARES BARBOSA**

**Promotora de Justiça do Ministério do Mato Grosso**



A construção da realidade é um processo coletivo e, não raras vezes, pisamos e pisoteamos uns os sonhos dos outros. Se dar conta disso já é um passo muito importante. Eu faço essa provocação inicial para perguntar às senhoras sobre os sonhos de quem estaremos pisando acaso não reclamássemos a igualdade de gênero dentro da nossa própria casa, dentro do Ministério Público?

No campo do feminismo, acaso não fizéssemos, se não reclamássemos nós a igualdade, estaríamos pisando sobre os sonhos das sufragistas, daquelas que inauguraram o nosso direito a voto, pisaremos também nos sonhos das teóricas do feminismo, dos anos 1960, dos anos 1970 e que se seguiram das filósofas do feminismo. São muitos sonhos pisoteados.

Somos um público bastante seletivo e específico de mulheres empoderadas, e eu diria, aqui mesmo, poderosas. Somos promotoras de Justiça; é um cargo muito desejado, muito bem remunerado. Temos acesso a bens de consumo, temos acesso ao conhecimento, somos mulheres cultas. Algumas de nós bastante eruditas, que não é a realidade de uma grande parcela da população brasileira. É sobre o sonho dessas mulheres que estaremos pisando, sobre os sonhos das mulheres negras, das mulheres pobres, das periferias, sobre os sonhos das mulheres indígenas.

Eu gostaria de deixar com vocês essa provocação: pensem a igualdade dentro do Ministério Público, porque nós somos exemplos para as outras instituições e para a sociedade, como um todo. Eu sou a mulher que sonha. Eu sonho diariamente, e hoje eu acordei sonhando com o Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público, para além da agenda corporativa. Eu já imagino o Movimento Nacional de Mulheres do Ministério Público postulando direitos, também para as mulheres que estão fora do Ministério Público. Isso até em tribunais ou espaços internacionais. São sonhos grandes que me movimentam. E eu queria compartilhar com vocês esses sonhos e ideais.



## **FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO**

### **Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios**



Pediram para eu falar um pouco sobre mim, mas, durante essa conferência e na participação que tive em Salvador, me deu muita vontade de agradecer às mulheres que me antecederam, às avós, às grandes líderes.

Não sei se todas perceberam ou notaram, mas nós estamos aqui com a primeira procuradora-geral da República, com a primeira mulher que dirigiu o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais. As únicas duas mulheres que presidiram o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais.

Essa consciência de como estamos, ainda, com conquistas muito recentes. A fala da Ana, ontem, foi muito feliz. Ela nos lembrou o Código Civil brasileiro, com uma fala impressionante: realmente foi ontem que nossas avós e mães viveram sob a égide daquele Código Civil, em que o chefe da família era o homem.

Essa consciência de que estamos neste momento me leva, antes de mais nada, exatamente por estar exercendo agora o cargo de Procuradora-Geral de Justiça e saber que, para mim, não foi e não é uma tarefa simples.

Eu não estaria exercendo as atividades que eu exerço se não fossem as grandes mulheres que passaram por Goiás, pelo Ministério Público do Distrito Federal; se não fosse a trajetória da minha mãe, se não fosse a trajetória da minha avó, com suas lutas individuais. Então, é um agradecimento extremamente sincero.

Essa consciência é o que me traz. A força dessa consciência é primeiro entender a relevância da minha trajetória. Porque, se nós estamos agora, nesse momento, sentadas, as três primeiras mulheres, nós temos ainda muito o que proteger nos direitos que recentemente adquirimos.

Então, se eu puder falar da minha trajetória, eu falarei isso: o meu maior desafio é um desafio pessoal, de ter muita consciência de que era a hora certa, de me lançar aos desafios e encarar o que vem por aí. Acho que não é fácil para nós, mulheres”.





### **PROPOSTAS APROVADAS DURANTE 3ª CONFERÊNCIA REGIONAL DE PROMOTORAS E PROCURADORAS DE JUSTIÇA – REGIÃO CENTRO-OESTE**

A plenária final é o momento da conferência destinado à discussão e votação das propostas elaboradas em cada eixo temático. Os debates são coordenados pela presidente do CNMP, Raquel Dodge, e pela comissão organizadora do evento, formada por Ivana Farina, Jacqueline Orofino, Ana Teresa de Freitas, Cristina Melo e João Akira Omoto.

Durante a plenária final, a mesa realiza a leitura de cada proposição elaborada nas oficinas simultâneas. As conferencistas podem discutir o conteúdo da proposta e fazer destaques. A votação, então, ocorre por meio de sistema eletrônico, em que são apresentadas as opções *aprovo*, *não aprovo* e *abstenção*.

Um total de 21 propostas foram aprovadas na 3ª Conferência Regional de Promotoras e Procuradoras de Justiça – Edição Centro-Oeste. Confira cada uma delas, de acordo com o eixo temático.

Confira as propostas aprovadas, de acordo com cada eixo temático.

## **EIXO I – INGRESSO NA CARREIRA: RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E CAPACITAÇÃO**

Temas discutidos:

- Atratividade da carreira;
- MP: uma instituição para mulheres?
- Conteúdo dos editais de concursos para ingresso na carreira;
- Modelo e programas das atividades acadêmicas de ingresso e vitaliciamento;
- Sistemas de cotas.

Coordenadora: Liz-Elainne de Silvério e Oliveira Mendes (MPDFT)

Relatora Temática: Alice de Almeida Freire (MPGO)

Relatora de Ata: Clarissa Cubis de Lima Canan (MPMT)

### **Participantes**

Ana Cristina Ribeiro Peternella França (MPGO)

Eunice Pereira Amorim Carvalhido (MPDFT)

Márcia de Oliveira Santos (MPGO)

Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza (MPDFT)

### **PROPOSTAS**

**Sugerir aos Conselhos Superiores que observem a previsão normativa de cotas raciais, no percentual mínimo de 20%, nos concursos de ingresso na carreira dos Ministérios Públicos da União e dos Estados.**

Votos: **Aprovo – 27**

Não aprovo – 5

Abstenção – 1

**Instar o CNMP a fiscalizar o efetivo cumprimento da Resolução nº 170/2017.**

Votos: **Aprovo – 32**

Não aprovo – 3

Abstenção – 0

**Propor aos Conselhos Superiores que os conteúdos programáticos dos editais de seleção nas carreiras do Ministério Público e dos cursos de ingresso e vitaliciamento contemplem temas de direitos humanos, especialmente relacionados às intersecções de gênero, raça e classe.**

Votos: **Aprovo – 36**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

**Sugerir propostas de alterações legislativas pertinentes para garantir a contagem do prazo do estágio probatório durante o período das licenças maternidade e paternidade.**

Votos: **Aprovo – 28**

Não aprovo – 7

Abstenção – 0

## **EIXO II – CONDIÇÕES DE TRABALHO: SAÚDE, SEGURANÇA E BEM-ESTAR**

Temas discutidos:

- Igualdade de tratamento;
- Discriminação no trabalho;
- Assédio moral e sexual;
- Riscos do trabalho e do ambiente;
- A condição feminina reclama condições especiais?
- Sororidade X discriminação entre mulheres.

Coordenadora: Melissa Sanchez Ita (MPGO)

Relatora Temática: Alessandra Campos Morato (MPDFT)

Relatora de Ata: Alessandra Gonçalves da Silva Godoi (MPMT)

### **Participantes**

Angela Cristina dos Santos (MPGO)

Carla Brant Correa Sebba Roriz (MPGO)

Filomena Aparecida Depólito Fluminhan (MPMS)

Lílian Conceição Mendonça de Araújo (MPGO)

Lucinéia Vieira Matos (MPGO)

Patrícia Otoni Pereira (MPGO)

Tereza de Assis Fernandes (MPMT)

## PROPOSTAS

**Promover estudos direcionados à atualização normativa (CNMP, MPU e MPs Estaduais) visando à promoção da igualdade material e remoção de obstáculos institucionais, a partir da identificação e do reconhecimento das condições especiais de trabalho da mulher no âmbito do Ministério Público, consideradas as especificidades relacionadas à pessoa com deficiência, à diversidade étnico-racial, sexual, de idade e outras.**

Votos: **Aprovo – 25**

Não aprovo – 1

Abstenção – 0

**Criar espaços institucionais para que as peculiaridades femininas possam ser expostas e dialogadas, incluindo a instituição de: a) canais específicos de comunicação onde as mulheres possam fazer denúncias sobre *manterrupting*, *mansplaining*, *gaslighting*, assédio sexual e moral, discriminação de gênero, raça, orientação sexual e outros, garantindo-se o sigilo da fonte como forma de proteção da mulher; b) protocolo de acolhimento e atuação para abordagem dos casos de assédio sexual e moral das mulheres no âmbito do Ministério Público; c) estímulos à reflexão crítica, com a participação de homens e mulheres, acerca da temática de gênero.**

Votos: **Aprovo – 28**

Não aprovo – 2

Abstenção – 1

**Propor a instituição e regulamentação de modos não presenciais de cumprimento das funções institucionais no âmbito do Ministério Público.**

Votos: **Aprovo – 20**

Não aprovo – 2

Abstenção – 0

**Propor a instituição de programa de acompanhamento e promoção da saúde mental e emocional e de bem-estar, que inclua acesso a equipes multidisciplinares, incentivos ao acompanhamento profissional especializado, espaços de partilha, consideradas as especificidades de gênero, raça, deficiência física, idade e orientação sexual, garantindo-se, ainda, o acesso de todas as mulheres a esses serviços, também por meio de uso de recursos tecnológicos.**

Votos: **Aprovo – 22**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

**Implementar comitês e protocolos de segurança institucional que atendam às peculiaridades da mulher.**

Votos: **Aprovo – 31**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

**EIXO III – PERMANÊNCIA NA CARREIRA: POLÍTICAS INSTITUCIONAIS, CURSOS, CAPACITAÇÕES, TREINAMENTOS E BOAS PRÁTICAS**

Temas discutidos:

- Especificidades necessárias;
- Incentivos;
- Atribuições;
- Especializações de ofícios;
- Capacitação – necessidades; dificuldades de participação em atividades pedagógicas etc.

Coordenadora: Laís Glauce Antonio dos Santos (MPMT)

Relatora Temática: Hiza Maria Silva Carpina Lima (MPDFT)

Relatora de Ata: Andreia de Brito Rodrigues (MPGO)

**Participantes**

Fabiana Lemes Zamalloa do Prado (MPGO)

Liana Antunes Viera Tormim (MPGO)

Luciana Rocha Abrão David (MPMT)

Luciene Maria Silva Oliveira Otoni (MPGO)

Mariana Silva Nunes (MPDFT)

Tamara Andréia Botovchenco Rivera (MPGO)

**Implantar encontros e debates institucionais periódicos e multidisciplinares que estimulem reflexões sobre a desigualdade de gênero no Ministério Público, em especial a conscientização acerca do preconceito, ainda que não explícito.**

Votos: **Aprovo – 30**

Não aprovo – 0

Abstenção – 1

**Propor aos órgãos da administração superior que implementem, juntamente às ações de conscientização, políticas institucionais que promovam a equidade de gênero no desempenho das atribuições, como representação mínima nos órgãos colegiados, bancas de concurso, cargos e funções da administração superior, bem como na ministração de cursos, capacitações e treinamentos, observada a proporcionalidade de gênero na carreira.**

Votos: **Aprovo – 22**

Não aprovo – 1

Abstenção – 0

**Desenvolver programas institucionais preventivos que visem ao bem-estar, à saúde, à qualidade de vida da mulher e que contribuam para a permanência na carreira, considerando a vulnerabilidade da membra, servidora, estagiária e terceirizada.**

Votos: **Aprovo – 31**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

**Estimular a participação das mulheres que integram o Ministério Público em atividades institucionais e acadêmicas de formação continuada, propiciando logística e apoio necessários para minimizar as barreiras decorrentes do gênero.**

Votos: **Aprovo – 31**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

## **EIXO IV – MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA: CRITÉRIOS, DIFICULDADES E POLÍTICAS DE EQUIDADE**

Temas discutidos:

- Promoções/remoções – especificidades necessárias com impacto na movimentação (maternidade e cuidados com a família);
- Capacitação – critérios para movimentação e promoção por merecimento;
- Lotação em unidades de difícil provimento.

Coordenadora: Helen Neves Dutra da Silva (MPMS)

Relatora Temática: Fernanda Balbinot (MPGO)

Relatora de Ata: Lívia Rodrigues Teixeira (MPDFT)

### Participantes

Adriana Marques Thiago (MPGO)  
Ana Paula Antunes Vieira Nery (MPGO)  
Daniela Haun de Araújo Serafim (MPGO)  
Fabiana Costa Oliveira Barreto (MPDFT)  
Marta Moriya Loyola (MPGO)  
Solange Linhares Barbosa (MPMT)

### PROPOSTAS

**Criar comissão de estudos no âmbito do CNMP, com representação feminina regional, destinada à proposição de critérios objetivos de merecimento que levem em consideração a questão de gênero.**

Votos: **Aprovo – 29**

Não aprovo – 1

Abstenção – 1

**Realizar diagnóstico qualitativo e quantitativo das recusas, por mulheres, para ocupar cargos de assessoria, corregedoria ou outro cargo da administração superior.**

Votos: **Aprovo – 26**

Não aprovo – 4

Abstenção – 0

**Sugerir ao CNMP que recomende aos Ministérios Públicos que assegurem a proporcionalidade na ocupação dos cargos na administração superior e assessorias, conforme a representatividade feminina na carreira.**

Votos: **Aprovo – 20**

Não aprovo – 1

Abstenção – 0

## EIXO V – CARREIRA E OUTRAS JORNADAS: GÊNERO E FAMÍLIA

Temas discutidos:

- Carreira e vida privada;
- A revolução que não se completou: dupla jornada, em casa e no trabalho;
- É preciso optar: filhos ou carreira?

Coordenadora: Marina Mello de Lima Almeida (MPGO)

Relatora Temática: Ariadne de Fatima Cantu da Silva (MPMS)

Relatora de Ata: Benis Silva Queiroz Bastos (MPDFT)

### **Participantes**

Camila Fernandes Mendonca (MPGO)

Laura Maria Ferreira Bueno (MPGO)

Maria Elisabete Dias Gaeta da Cunha (MPMS)

Renata Caroliny Ribeiro e Silva (MPGO)

Sandra Mara Garbelini (MPGO)

### **PROPOSTAS**

**Propor a flexibilização do limite da distância geográfica do local da promotoria, quando envolver necessidades específicas de gênero, saúde, capacitação, segurança, desde que apresentado plano estratégico de atuação viável.**

Votos: **Aprovo – 20**

Não aprovo – 1

Abstenção – 0

**Recomendar aos órgãos da administração superior a adoção de medidas administrativas para conciliar a proteção à saúde da membra gestante e da lactante ao exercício das funções institucionais, com base em orientações médicas. (Fundamentos adotados no julgamento do Recurso extraordinário 1058333 STF)**

Votos: **Aprovo – 29**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

## **EIXO VI – EMPODERAMENTO, LIDERANÇAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL: IGUALDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS DE EQUIDADE**

Temas discutidos:

- Composição de colegiados;
- Participação em funções de coordenação;
- Participação em grupos de trabalho ou em forças-tarefas;
- Participação em mesas de painéis, congressos, seminários e cursos promovidos no âmbito do Ministério Público;
- Há temas mais femininos e outros mais masculinos?



Coordenadora: Lenna Luciana Nunes Daher (MPDFT)

Relatora Temática: Karina D'Abruzzo (MPGO)

Relatora de Ata: Eunice Helena Rodrigues de Barros (MPMT)

### **Participantes**

Alessandra Gabriella Borges Pereira Lorenzo (MPDFT)

Camila Silva de Souza (MPGO)

Gabriella de Queiroz Clementino (MPGO)

Regilaine Magali Bernardi Crepaldi (MPMT)

Rúbian Corrêa Coutinho (MPGO)

### **PROPOSTAS**

**Estabelecer métodos objetivos assegurando equidade de gênero e transparência na escolha dos ocupantes dos cargos e assessorias técnicas (a exemplo dos Centros de Apoio, Grupos Especiais, CEAFs e Escolas Superiores), bem como das/os palestrantes dos cursos promovidos pelos CEAFs e Escolas.**

Votos: **Aprovo – 13**

Não aprovo – 9

Abstenção – 0

**Propor a criação e o fortalecimento de grupos, comissões e diretorias de mulheres no MP e nas Associações, proporcionando uma participação político-institucional feminina mais efetiva.**

Votos: **Aprovo – 21**

Não aprovo – 0

Abstenção – 0

**Estabelecer mecanismos que assegurem o acesso das mulheres dos MPs como conselheiras do CNMP.**

Votos: **Aprovo – 23**

Não aprovo – 1

Abstenção – 1



## ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES E AVALIAÇÃO

Nas conferências regionais, as participantes avaliam as atividades realizadas, respondendo a pergunta: *A conferência alterou a sua percepção sobre questões de gênero? Por quê?*

Na edição da Região Centro-Oeste, 31 mulheres responderam sim e quatro responderam não. Embora estas últimas tenham afirmado que não houve alteração em sua percepção, elas ressaltaram que a conferência reforçou, aperfeiçoou e fortaleceu sua compreensão sobre o tema. Aquelas que responderam positivamente destacaram também o ambiente plural, de acolhimento e troca de ideias proporcionado pelo encontro.

A pesquisa de avaliação também incentiva as promotoras e procuradoras de Justiça a elegerem três palavras que descrevam seus sentimentos em relação à conferência. *Sororidade, pertencimento, esperança, união, fortalecimento, acolhimento, empoderamento, parceria e gratidão* foram alguns dos termos destacados pelas participantes da 3ª edição.

Essa diversidade de afetos foi celebrada no encerramento da conferência. Ao final da discussão de propostas na plenária final, as conferencistas uniram as mãos formando um grande círculo e entoaram tradicionais cantigas de roda da cultura brasileira.

A seguir, veja as respostas elaboradas por promotoras e procuradoras de Justiça da 3ª Conferência Regional – Edição Centro-Oeste.

## **RESPOSTAS À PESQUISA**

**“Apenas reforçou minhas acepções sobre gênero.”**

**“Não mudou, somente melhorou e aperfeiçoou minha visão.”**

**“Ampliou os horizontes em relação às questões de gênero.”**

**“Porque ouvir relatos de experiências diversas ampliou minha perspectiva sobre a equidade e as discriminações de gênero.”**

**“Cresci ouvindo que mulheres são competitivas umas com as outras. Aqui fui acolhida. Volto para casa tendo esperança em uma união confiante de mulheres.”**

**“Porque foi oportunizada a ampliação sobre as questões de gênero.”**

**“Porque muitas questões invisíveis de gênero foram reveladas. A minha concepção foi fortalecida.”**

**“Alguns conceitos de gênero foram reafirmados a partir das experiências trocadas e das discussões nos grupos.”**

**“Porque trouxe mais informações sobre o tema, as quais ampliaram a minha visão!”**

**“Porque trouxe novos aspectos sobre a temática de gênero no âmbito profissional.”**

**“Porque pude ouvir os relatos de outras promotoras que ampliaram visão das dificuldades enfrentadas pelas mulheres no MP.”**

**“Ampliou minhas percepções, trazendo aspectos nos quais não havia pensado antes.”**

**“Porque sou de uma geração em que a capacidade de resiliência feminina não permitiu, ao longo da carreira, o despertar e a percepção da importância da questão.”**

**“Pela oportunidade de compartilhar experiências e se apropriar de conhecimentos diversificados.”**

**“Ampliou o meu olhar sobre os diversos aspectos relacionados à desigualdade de gênero no âmbito institucional.”**

**“Porque tive uma percepção ampliada sobre a equidade de gênero.”**

**“Reforçou minhas opiniões sobre a vulnerabilidade do gênero feminino.”**

**“Houve acréscimo de esclarecimentos e novas percepções!”**

**“Ampliou minha visão após ouvir mulheres com as quais me identifico.”**

**“Ampliou minha visão sobre aspectos do problema, suas dificuldades e possibilidades de enfrentamento.”**

**“Porque mulheres poderosas deram depoimentos maravilhosos.”**

**“Pela oportunidade de diálogo que possibilitou o olhar para o tema, sob a perspectiva empática de outras realidades.”**

**“As oficinas e palestras/falas enriqueceram muito minha visão sobre a questão de gênero aplicada ao âmbito institucional do Ministério Público brasileiro.”**

**“Apesar de saber e identificar a desigualdade de gênero dentro do MP, encontrar, ouvir e compartilhar experiências me fez refletir sobre o longo caminho que ainda temos a trilhar.”**

**“Os temas discutidos ampliaram o conhecimento e encontraram ressonância interna. Despertou a vontade de continuar o trabalho, porque às vezes esmorecemos.”**

**“Pela possibilidade do engajamento e fortalecimento das ações individuais! Pela troca de experiências vivenciadas, oportunidade de ouvir e ser ouvida!”**

**“Alterou minha visão, porque ampliou minha visão com outras percepções e relatos, fomentando ideias com a construção coletiva.”**

**“Porque algumas questões que nem eu mesma percebia como questão de gênero, sendo que a partir dos relatos de experiências diversas, ampliou meu olhar de gênero. Obs.: Também tive uma avó e mãe fortes e por isso participo da construção de sonhos.”**

**“Trouxe novas informações sobre o assunto e mostrou o quanto é importante essa questão e o quanto ela é comum e urgente seu enfrentamento.”**

**“Aperfeiçoou bastante com os debates calorosos que tivemos e muita sororidade. Mas também demonstrou o quanto ainda precisamos evoluir, inclusive no nosso seio de mulheres.”**

**“Ouvir os depoimentos de outras membras me fez ampliar a percepção das dificuldades enfrentadas por todas e que se assemelham as dificuldades enfrentadas por mim.”**

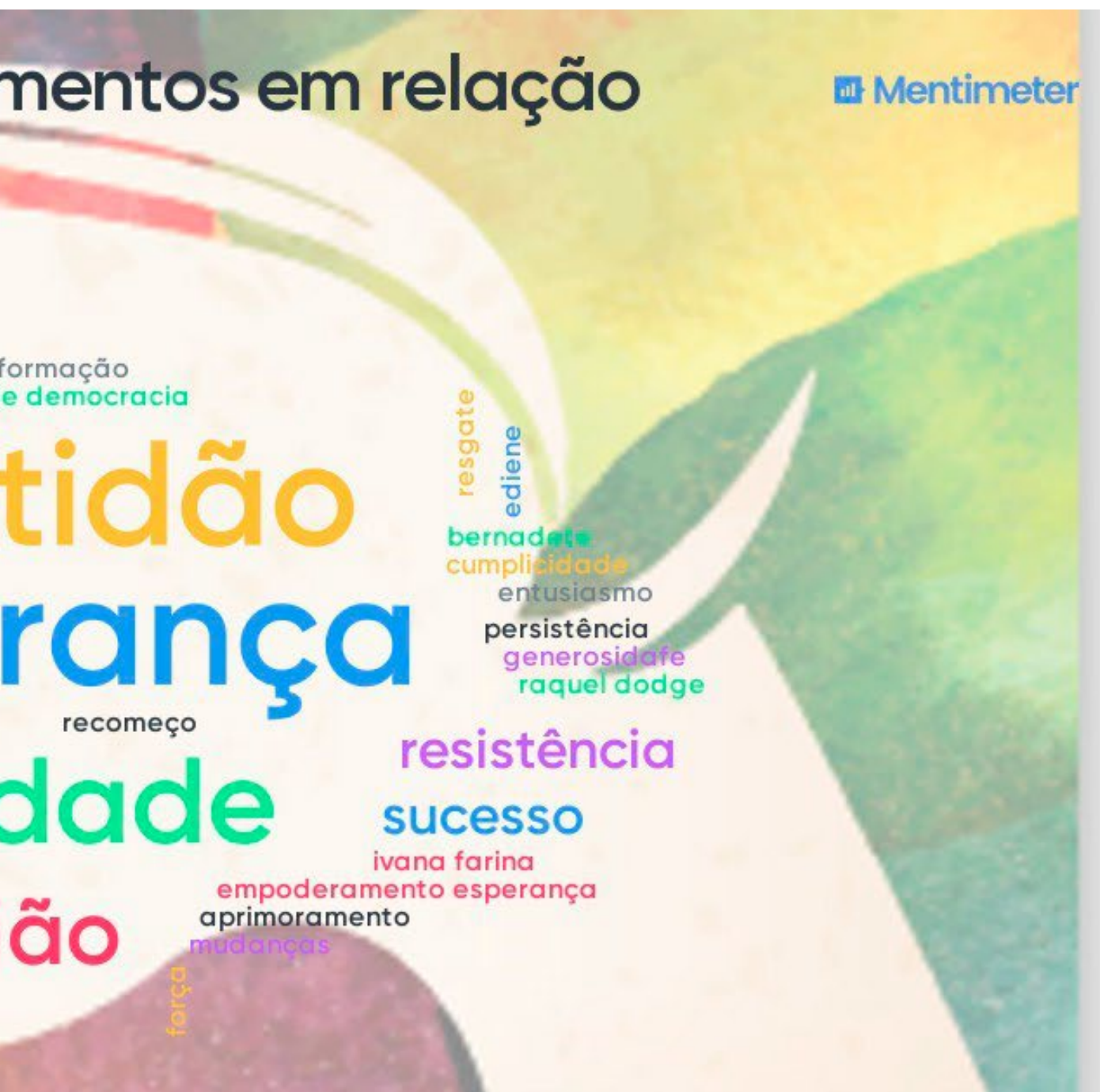
**“Ampliou minha concepção a respeito, fortalecendo a consciência de que é preciso continuar lutando, inclusive em respeito àquelas que abriram caminho, em época e realidade ainda mais difícil.”**

**“Porque me possibilitou ampliar a percepção sobre gênero, pensar na nossa instituição em nível nacional com peculiaridades próprias. Aprendi muito pelo alto nível das participantes e fiquei muito feliz por compartilhar experiências comuns.”**

**“Foi enriquecedora porque o contato com opiniões diferentes sempre alarga a perspectiva e enriquece a análise da questão. Foi um verdadeiro desafio acolher opiniões tão díspares das minhas, mas muito válido.”**





















CONSELHO  
NACIONAL DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO



União Europeia



MINISTÉRIO DA  
ECONOMIA

MINISTÉRIO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL